



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista

90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil

Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil

Telefone +55 (51) 3327-0200

kpmg.com.br

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Nakata Automotiva Ltda. (Empresa)
Osasco-SP

Dados da organização contábil

1. KPMG Auditores Independentes Ltda., sociedade estabelecida na cidade de Porto Alegre, na Avenida Carlos Gomes, 258, 6º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 57.755.217/0005-52, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul sob o nº CRC SP-014428/F-7, representada pelo seu sócio infra-assinado, Sr. Cristiano Jardim Seguecio, contador, portador do RG nº 3049676285, inscrito no CPF sob o nº 929.772.190-72 e no Conselho Regional de Contabilidade de Rio Grande do Sul sob o nº CRC SP244525/O-9-T-RS, residente e domiciliado na cidade e estado, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela Administração da Nakata Automotiva Ltda. para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de novembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, resumido no Anexo A, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

2. A avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de novembro de 2025 da Nakata Automotiva Ltda tem por objetivo a incorporação desse patrimônio líquido contábil pela Fras-le S.A..

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

3. A administração da Empresa é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Empresa está descrito no anexo B do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do profissional da contabilidade

4. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Empresa em 30 de novembro de 2025, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Empresa de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que

requerem o cumprimento de exigências éticas pelo profissional da contabilidade e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

5. A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do profissional da contabilidade, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o profissional da contabilidade considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Empresa para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Empresa. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

6. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 359.999.459,55 (trezentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), conforme balanço patrimonial em 30 de novembro de 2025, registrado nos livros contábeis e resumido no anexo, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Nakata Automotiva Ltda., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

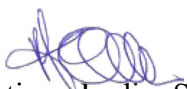
Outros assuntos

Em atendimento aos requisitos da Comissão de Valores Mobiliários, informamos que:

- (a) de acordo com as normas profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), não temos conhecimento de conflito de interesse, direto ou indireto, tampouco de qualquer outra circunstância que represente conflito de interesse em relação aos serviços que foram por nós prestados e que estão acima descritos; e
- (b) não temos conhecimento de nenhuma ação do controlador ou dos administradores da Empresa com objetivo de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2025.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7



Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP244525/O-9 T-RS

Anexo A

Demonstrativo do Patrimônio líquido contábil por meio dos livros contábeis da Nakata Automotiva Ltda. em 30 de novembro de 2025

Ativo

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa	250.587.972,89
Contas a receber de clientes	62.141.553,67
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(54.797,36)
Estoques	188.578.285,59
(-) Provisão para perdas em estoques	(4.402.754,06)
Impostos a recuperar	6.996.316,88
IRPJ e CSLL a recuperar	1.409.659,48
Créditos diversos	16.824.431,88
Total do ativo circulante	522.080.668,97

Não circulante

Impostos a recuperar	18.297.280,71
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.465.534,38
Depósitos judiciais	13.715.234,18
Direito de uso de contratos de arrendamento	35.716.197,74
Imobilizado	120.603.060,39
(-) Depreciação acumulada	(48.119.412,24)
Intangível	14.300.718,31
(-) Amortização acumulada	(7.747.741,56)
Total do ativo não circulante	153.230.871,91

Total ativo

675.311.540,88

Passivo

Circulante

Fornecedores	142.851.196,14
Empréstimos e financiamentos	12.222.132,82
Contas a pagar - partes relacionadas	211.431,83
Salários e encargos trabalhistas	20.396.878,40
Obrigações tributárias e sociais	17.452.205,88
IRPJ e CSLL a pagar	6.422.567,93
Arrendamentos a pagar	7.621.363,16
Adiantamento de clientes	25.951.993,04
Outras contas a pagar	6.263.529,81

Total do passivo circulante

239.393.299,01

Não circulante

Arrendamentos a pagar	36.735.811,12
Provisão para litígios	37.976.982,20
Outras contas a pagar	1.205.989,00
Total do passivo não circulante	75.918.782,32

Patrimônio líquido	
Capital social	104.940.844,22
Reserva de capital	6.941.538,60
Reserva de incentivos fiscais	141.411.747,86
Resultados Abrangentes	(75.595,08)
Resultado acumulado	106.780.923,95
Total do patrimônio líquido	359.999.459,55
Total do Passivo e Patrimônio líquido	675.311.540,88

Anexo B

Principais práticas contábeis adotadas

1 Contexto operacional

A Nakata Automotiva LTDA. (“NAKATA” ou “Empresa”) tem sede no município de Osasco, Estado de São Paulo, localizada na Avenida Presidente Médici, 939, Jardim Mutinga. A Empresa foi criada em 1º de agosto de 2004 como resultado da cisão da Dana Indústrias Ltda. e, em 1º de dezembro de 2004, foi adquirida pelos cotistas Affinia Canada ULC e Affinia Southern Holdings LLC, sob a razão social de Affinia Automotiva Ltda. Em 30 de outubro de 2015, foi adquirida pela empresa Autopartners Participações S.A. Em 31 de agosto de 2016, a Affinia Automotiva Ltda. alterou sua razão social para Nakata Automotiva S.A. e incorporou de forma reversa sua controladora Autopartners Participações S.A. Em 1º de setembro de 2020, a Fras-le S.A., empresa da Randoncorp, adquiriu 100% das quotas da Empresa e, nessa data, a Nakata Automotiva S.A. alterou seu tipo societário para Nakata Automotiva Ltda.

A NAKATA possui 1 (uma) Sede Administrativa e Centro de Pesquisa e Desenvolvimento no Município de Osasco, Estado de São Paulo, 1 (um) Centro de Distribuição com uma área total de 24.000m² e 1 (uma) fábrica de Amortecedores com área de 10.366 m², com um parque fabril moderno e processos de última geração, no Município de Extrema, Estado de Minas Gerais.

Além do mercado doméstico, a NAKATA exporta para clientes em diversos países, tendo como principal mercado no exterior a América do Sul.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Base de elaboração

As informações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2 Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas são aplicadas de modo consistente nos exercícios, salvo disposição em contrário.

Moeda funcional e de apresentação:

As informações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Ativos financeiros:

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

(i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados ao custo amortizado ou (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(a) Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Empresa decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Empresa considera essa classificação como sendo mais relevante.

Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Empresa é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e/ou da venda de ativos financeiros.

(b) Mensurados a valor justo por meio do resultado incluem:

Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.

Investimentos patrimoniais mantidos para negociação.

Investimentos patrimoniais para os quais a Empresa não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Mensuração dos Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, a Empresa mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida:

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Empresa para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Empresa classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem aos critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais

A Empresa subsequentemente mensura ao valor justo todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Empresa escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

Passivos financeiros:

Os passivos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado. A Empresa classificou seus passivos financeiros em aberto, substancialmente contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e risco sacado, como outros passivos financeiros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Fornecedores Risco Sacado:

A Empresa possui operações junto a instituições financeiras sem nenhum ônus financeiro para a Empresa, operações essas que possibilitam que seus fornecedores do mercado externo (quando de seu interesse) antecipem seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas das mercadorias para as instituições financeiras, sem nenhuma interferência da Empresa e por condições de mercado. A operação de cessão não implica em qualquer alteração dos títulos emitidos pelos fornecedores, sendo mantidas as condições de valor original e prazo de pagamento.

Baixa de passivos financeiros:

A Empresa baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas, ou quando liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros:

De acordo com o CPC 48, a Empresa adotou o gerenciamento de risco de crédito e utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para as “Contas a receber”. As taxas de provisão aplicadas são baseadas nas melhores práticas de mercado. Adicionalmente, a Empresa constituiu provisão para os títulos vencidos há mais de 90 dias ou em recuperação judicial.

Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, sendo ajustados quando aplicável, por provisão para perdas, exceto quanto às importações em andamento, que são valorizadas ao custo acumulado individual. O custo de produção é apurado segundo o método de absorção de custos industriais. A provisão para perdas é baseada na análise do excesso de produtos e/ou mercadorias que superem as vendas e/ou produção projetadas para os próximos 24 meses.

Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição e formação, o qual está demonstrado pelo valor líquido da depreciação acumulada, calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data das informações financeiras e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável dos bens integrantes do ativo imobilizado é revisado anualmente, ou em decorrência de eventos e circunstâncias ou mudanças econômicas, operacionais ou tecnológicas que representem indicadores de perda de valor. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor do que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação, ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados pela comparação do produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Imobilizações em andamento para produção, suprimento ou fins administrativos, ou para fins ainda não determinados, são demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. São registrados como parte dos custos os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Empresa. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Intangível:

Representado principalmente pelos direitos de uso de softwares registrados nessa rubrica; possuem vida útil definida e estão sendo amortizados pelo método linear, no prazo de 5 (cinco) anos. O valor recuperável dos bens integrantes do ativo intangível é revisado anualmente, ou em decorrência de eventos e circunstâncias ou mudanças econômicas, operacionais ou tecnológicas que representem indicadores de perda de valor.

Demais ativos e passivos:

Os ativos e passivos sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, ou denominados em moeda estrangeira, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos ou nas taxas de câmbio em vigor na data das informações contábeis, a fim de refletir os valores atualizados. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imposto de renda e contribuição social:

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os saldos são reconhecidos no resultado da Empresa pelo regime de competência dos exercícios.

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes:

São calculados com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor e provisionados segundo o princípio de competência dos exercícios.

Impostos diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data das informações financeiras entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada na data das informações financeiras e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Provisões:

Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, quando existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data das informações financeiras, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo apenas quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

As provisões contabilizadas pela Empresa decorrem substancialmente de processos judiciais e administrativos com probabilidade de perda provável, exceto para os processos trabalhistas que respeitam um percentual histórico dos últimos 5 anos, todos inerentes ao curso normal dos negócios.

Esses riscos são avaliados pela Administração da Empresa com seus assessores jurídicos e quantificados por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao desfecho final dos processos, ao prazo e ao valor.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, usualmente no momento da entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda são transferidos para o cliente que aceita os produtos, de acordo com o pedido de venda, e as

disposições de aceite tenham prescrito ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Provisão para Litígios:

A Empresa reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais